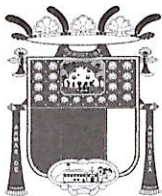


# Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO DE 2024.** Às dezoito horas do dia dez de setembro do ano de dois mil e vinte e quatro, reuniu-se a Câmara Municipal de Anchieta, Estado do Espírito Santo, sob a Presidência do Vereador Renan de Oliveira Delfino, que após ter declarado aberta a sessão, solicitou que se fizesse a chamada dos senhores vereadores, onde verificou-se a presença de todos. Após ter sido aprovada a ata da sessão anterior foi lido o material do expediente onde constava: 1) Indicações 664/2024 e 665/2024 de autoria da vereadora Terezinha Mezadri; 2) Indicações 666/2024, 667/2024, 668/2024 e 669/2024 do vereador Renan Delfino; 3) Indicações 670/2024, 671/2024 e 672/2024 do vereador Nilton Cezar Simões Brandão; 4) Indicação 673/2024 do vereador Rodrigo Semedo; 5) Indicação 674/2024 do vereador Robson Mattos dos Santos; 6) Indicações 675/2024, 676/2024, 677/2024 e 678/2024 da vereadora Marcia Cypriano; 7) Indicações 679/2024, 680/2024, 681/2024 e 682/2024 do vereador Pablo Florentino; 8) Requerimento 206/2024 à Secretaria Municipal de Educação, solicitando que informe se a secretaria de educação conhece o PAZZEI, potencializando o ensino. Em caso positivo, como ele é aplicado nas escolas, sabendo que traz diversos benefícios para os alunos como aplicação prática do conhecimento, desenvolvimento do raciocínio, habilidades de resolução de problemas e treinamento para o ambiente de prova, de autoria do vereador Renan Delfino, aprovado pelo Plenário; 9) Requerimento 207/2024 à Coordenação da Educação Especial, para que encaminhe informações de acordo com o que segue: O artigo 59 da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação prevê a criação de um cadastro nacional de alunos com altas habilidades ou superdotação (AH/SD) matriculados na educação básica e na educação superior, a fim de fomentar a execução de políticas públicas destinadas ao desenvolvimento pleno das potencialidades desses alunos. Desta forma, solicito que informe se o município atende esses alunos, quantos são, quais as escolas do ensino regular eles pertencem, qual o polo da educação especial em que eles estudam e o que se faz de diferente para atender suas potencialidades/habilidades, de autoria do vereador Renan Delfino em coautoria com a vereadora Marcia Cypriano, aprovado pelo Plenário; 9) Requerimento 208/2024 ao Secretário de Administração e Recursos Humanos, Sr. Sebastian Marcelo Veiga, solicitando que informe qual a justificativa dos rendimentos das seguintes servidoras lotadas no setor de Licitação/Pregão: a) Renata Santos da Costa (Matrícula: 126201) recebeu o valor de R\$ 20.614,90 (vinte e mil, seiscentos e quatro reais e noventa centavos) em abril/2024, considerando que o seu salário base é de R\$ 2.485,96 (dois mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e noventa e seis centavos) e b) Joselia Frontino dos Santos Marvilla (Matrícula: 70220906) recebeu o valor de R\$ 17.313,08 (dezessete mil, trezentos e treze reais e oito centavos) em julho/2023, considerando que seu salário base era de R\$ 3.437,76 (três mil, quatrocentos e trinta e sete reais e setenta e seis centavos). Requer ainda que sejam discriminados os motivos das gratificações e todos os outros provimentos que compuseram os salários, de autoria da vereadora Marcia Cypriano, aprovado pelo Plenário; 10) Requerimento 209/2024 ao Secretário de Esporte e Juventude, Sr. Rodrigo Vilar Alves Pinto, solicitando que encaminhe a relação de todos os servidores que obtiveram diárias e passagens aéreas lotados nesta secretária de 1º de janeiro de 2023 até a presente data setembro/2024 especificadas por nomes, valores, destino





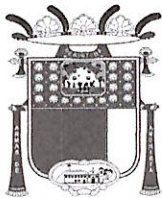
# Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

e justificativa. Estes questionamentos são para responder as perguntas de diversos munícipes anchietenses, pois o portal da transparência não apresenta detalhes, de autoria da vereadora Marcia Cypriano, aprovado pelo Plenário; 11) Moção nº 109/2024 de pesar pelo falecimento da Senhora Venância Ferreira Cardoso, ocorrido no dia 09 de setembro, de autoria da vereadora Terezinha Mezdari em coautoria com os vereadores Renato Lorencini e Rodrigo Semedo, aprovado pelo Plenário; 12) Moção nº 110/2024 de pesar pelo falecimento do Senhor Vanderli Ceccon, ocorrido no dia 07 de setembro, de autoria da vereadora Terezinha Mezdari em coautoria com os vereadores Renato Lorencini, Renan Delfino e Nilton Cezar, aprovado pelo Plenário; 13) Moção 111/2024 de pesar pelo falecimento do senhor Vergínio Rosa, de autoria da vereadora Marcia Cypriano em coautoria com o vereador Renato Lorencini, aprovado pelo Plenário; 14) Projeto de Lei nº 47/2024 – Dispõe sobre a denominação de Rua (Ângelo Rigoni) na Comunidade Córrego da Prata e dá outras providências, de autoria do vereador Renato Lorencini; 15) Projeto de Lei nº 49/2024 – Altera o artigo 7º da Lei nº 1644/2023, de autoria do Poder Executivo; 16) Requerimento 210/2024 da Comissão de Finanças e Orçamento, solicitando a dispensa de interstício e inclusão na pauta de ordem do dia, do Projeto de Lei nº 49/2024, que Altera o artigo 7º da Lei nº 1644/2023, de autoria do Poder Executivo, aprovado pelo Plenário com 08 (oito) votos favoráveis e 02 (dois) votos contrários dos vereadores Marcia Cypriano e Edson Vando Souza; 17) Prestação de contas nº 22/2024 referente ao termo de Colaboração nº 33-2024 – 01 Aditivo – firmado entre a Prefeitura Municipal e o MEPES – creches – 8ª parcela no valor de R\$ 111.500,00 (cento e onze mil e quinhentos reais); 18) Moção verbal de pesar pelo falecimento da Sra. Venância Ferreira Cardoso, de autoria do vereador Nilton Cezar Simões Brandão em coautoria com os vereadores Cleber Oliveira e Rodrigo Semedo, aprovado pelo Plenário; 19) Moção verbal de pesar pelo falecimento do Sr. Vergínio Rosa, de autoria do vereador Pablo Florentino, em coautoria com os vereadores Rodrigo Semedo, Edson Vando, Terezinha Mezdari, Cleber Oliveira e Renan Delfino, aprovado pelo Plenário; 20) Requerimento verbal ao Secretário Municipal de Infraestrutura solicitando que informe por qual motivo estão removendo o revsol e quando será feito, de fato, o asfaltamento da estrada que dá acesso às comunidades de Santa Luzia de Monteiro, Belo Horizonte, Morro dos Veridianos e Goembê, de autoria do vereador Renan Delfino, aprovado pelo Plenário; 21) Requerimento verbal ao Prefeito solicitando informações sobre o Decreto 6.435/2023, que diz respeito a área pública destinada a construção da sede da Guarda Civil Municipal, que hoje está sendo construída uma praça, de autoria do vereador Edson vando Souza, aprovado pelo Plenário. Terminado a leitura do material de expediente o Sr. Presidente concedeu a palavra, por dez minutos, ao representante do SINDIUPES, Sr. Helio Bubach. Este disse que faria um breve relato, tendo em vista que na paralização dos professores, ocorrida no ultimo dia 22, o prefeito teria dado uma entrevista na Rádio SIM dizendo que estariam fazendo campanha política. O direito de resposta lhe foi negado, alegando, o radialista, que a rádio teria falido e a entrevista teria sido via telefone. Deixou claro que não estavam fazendo campanha política, mas sim lutando por uma classe de trabalhadores, que são os professores das escolas do município de Anchieta. Disse ainda que tudo que iria falar já tinha sido devidamente protocolado na prefeitura e na secretaria municipal de educação. E continuou dizendo que o primeiro ofício protocolado foi na

2



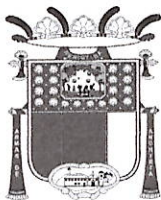


# Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

data de 14 de fevereiro de 2023, cuja pauta era o piso nacional, que não vinha sendo cumprido, progressões atrasadas e concurso público, porém, iria se ater apenas ao ano de 2024, onde o primeiro ofício protocolado foi na primeira semana de fevereiro, e nele a classe pedia uma audiência com o prefeito, o que não obtiveram resposta. Foi marcada uma assembleia no dia 15 de março, que foi devidamente comunicada à prefeitura, onde os pontos a serem discutidos seriam o piso nacional, o concurso público, reformulação do plano de carreira e estatuto do magistério e pagamento das progressões. Uma segunda assembleia teria sido marcada para o dia 15 de maio e protocolada na prefeitura, juntamente com cópia da ata da assembleia anterior (o que é praxe) e sua pauta foram os informes da audiência com a secretária e com o procurador, pois o Prefeito não os havia atendido. Disse que essa assembleia também falava do concurso público, do plano de carreira e estatuto do magistério, do reajuste de 5% que o prefeito havia dado restando 11% para chegar ao piso. Ressaltou que o piso nacional é Lei 11.738 e tem que ser cumprido, mas o Executivo Municipal não tem cumprido desde 2022, apesar sempre estar sendo lembrado. Disse que a terceira assembleia aconteceu em 14 de junho, com basicamente a mesma pauta: concurso público, reformulação do plano de carreira e estatuto do magistério, pagamento das progressões atrasadas. Na quarta assembleia resolveu-se enxugar as pautas, mas já falando em estado de greve, além dos informes sobre a audiência com o prefeito, já no final do segundo semestre. Deixou claro que estado de greve não é greve, apesar de que ela poderia ser votada a qualquer momento, assim como uma paralisação ou uma operação tartaruga. Disse que, como não houve avanço nas negociações veio a paralisação, que ocorreu de forma pacífica e com seriedade, em frente à prefeitura, onde foi realizada a quinta assembleia e o prefeito recebeu o ofício e a ata do que foi deliberado nela. Em seguida veio a sexta assembleia, que aconteceu ontem, dia 09 de setembro, cuja ata já foi protocolada na prefeitura. Ressaltou que nada do que foi feito foi com política partidária, apenas defendem uma categoria, por meio do Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Espírito Santo, fundado em 14 de abril de 1958, portanto, não se trata de um sindicato que fala balelas, muito menos brinca de ser sindicato. Também disse que muito entristece saber que um membro da Câmara teria dito que os professores de Anchieta ganham muito e que essa pessoa teria sido infeliz na sua fala, porque se ela tiver um membro da família que seja professor, saberá que isso não é verdade. Pediu que, caso chegasse na Casa, algum projeto concedendo um reajuste diferenciado, que os vereadores não votassem, pois estariam desvalorizando, ainda mais, essa categoria de sofrendores, que são os professores trabalhadores da educação de Anchieta. Também lembrou que de todos os ofícios encaminhados ao Prefeito ele respondeu apenas um. Em seguida, também representando a categoria, fez uso da palavra a professora Flávia Brilhante que lembrou que o professor é um profissional muito importante na sociedade e é triste ver a pouca importância que se dá a ele. Que essa luta não é de hoje e se precisar fazer outra manifestação ela será feita. Que está nesta luta desde 1993, quando iniciou, então, não se trata de briga partidária e sim de um grupo. Lembrou que todos os profissionais passam pelo professor e uma sociedade que pensa em formar cidadãos conscientes deve investir no professor. Que estavam usando a tribuna para exercer um direito de resposta que lhes foi negado e esclarecer à população o que é realmente sua luta. Disse que o ofício que a



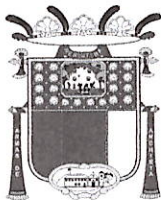


# Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

categoria recebeu não tinha resposta de nada, que iriam colocar em pauta a data de reposição, mas isso só aconteceria quando tivessem uma data para o cumprimento daquilo que lhes é de direito por lei federal. Deixou claro que não abririam mão de um direito para conquistar outro, que não abririam mão do piso salarial que é lei, não abririam mão da tabela de progressão, não abririam mão de subsídios, pois as verbas que vêm especificamente para isso. Finalizou pedindo um pouco mais de respeito e carinho para com sua profissão. Após estas palavras o Sr. Presidente colocou à Casa à disposição da categoria, parabenizou a classe pelas cobranças e disse que é importante que a Lei seja cumprida. Parabenizou o Sindicato por sua importância, dizendo que ele precisa ser respeitado. Também concedeu a palavra aos senhores vereadores para que fizessem suas colocações em relação ao que foi dito pelos representantes do Sindicato. Usaram da palavra os vereadores Cleber Oliveira da Silva, Robson Mattos dos Santos, Nilton Cezar Simões Brandão, Edson Vando Souza, Rodrigo Semedo, Terezinha Mezdari, Pablo Florentino e Renato Lorencini e fizeram suas colocações. Na sequência, o Sr. Presidente passou à hora destinada aos senhores oradores, que de acordo com o artigo 166, parágrafo 1º do Regimento Interno, passaram a fazer uso dos dez minutos para o seu pronunciamento. Pela ordem, fez uso da palavra o primeiro orador inscrito, vereadora Marcia Cypriano, que após cumprimentar os colegas e o público presente, disse que espera que o ofício encaminhado pelo Prefeito seja refeito ainda no mês de setembro e não após a eleição, afinal, a dívida referente ao retroativo não é uma dívida nova, portanto, poderá ser paga. Chega de desculpas. Informou sobre os serviços ofertados pelo Centro de Referencia de Atendimento Educacional Especializado desde 2021, em Piúma, que fez um projeto autônomo e oferece, no mesmo espaço, serviços com fonoaudiólogo, neuropediatra, terapeuta ocupacional, fisioterapeuta, psicólogo e psicopedagogo clínico, com o objetivo de atender às pessoas com transtorno de espectro autista e deficiências intelectuais. Parabenizou o Prefeito de Piúma pela implantação do serviço desde 2021, para atender as famílias e seus filhos. Disse que em Anchieta existe a Pestalozzi, que não atende nem 30% do público que necessita, que aguardam até seis meses por uma regulação e triagem para serem inseridas no Serdia, que é um serviço especializado em reabilitação para deficiência intelectual e Transtornos do Espectro Autista. Disse que as pessoas aguardam porque a prioridade da Pestalozzi, logicamente, é atender as pessoas que já estão lá. Também tem, em Anchieta, o CRAEE – Centro de Referencia de Atendimento Educacional Especializado, mas não dispõe de 5% de profissionais para atender, apenas um psicólogo. Disse que o que é bom deveria ser copiado, mas infelizmente o município de Anchieta não oferece um atendimento à altura das necessidades dos anchietenses, que inclusive, é preconizado pelo governo federal a assistência às famílias dos que tem o Transtorno do Espectro Autista, para que elas possam cuidar melhor dos seus filhos. Lembrou que o autismo é uma condição desde o nascimento e necessita de um tratamento contínuo, que uma mãe a teria agradecido pela postagem de um vídeo porque foi graças a ele que teria conseguido o medicamento para seu filho autista, um medicamento que ela aguardava já a dois meses. Lembrou a ela que não é preciso agradecer, visto que se trata de um direito, direito este que, uma vez negado, o Ministério Público deveria ser acionado. Ressaltou que o autismo é uma questão de saúde pública mundial, nacional, estadual e municipal, portanto, uma obrigação do poder Executivo em dar



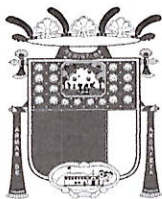


# Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

toda a atenção ao autismo na cidade de Anchieta. Disse que o que se vê em Anchieta são longas filas de espera por laudos, além da falta de acesso as terapias, que o que precisamos são de mudanças e de respeito. Se colocou à disposição das mães, para fazer vídeos, caso tivessem os medicamentos travados ou não conseguissem pelo Ministério Público. Comentou que a praia central não vem sendo limpa porque ela teria feito uma denuncia ao IEMA informando que a areia estava sendo roubada, transportada por um caminhão e despejada no terreno anexo à escola Paulo Freire, para ser distribuída em terrenos por aí afora, por pessoas que tem certas influencias na prefeitura para fazer aterro. Finalizou deixando seu “recado do coração” para a comunidade de Limeira, dizendo que os moradores teriam ficado estarecidos com a construção de uma praça, que está sendo feita atrás do Centro Administrativo, enquanto a quadra da comunidade, que veio à baixo por ocasião de uma tempestade, há seis meses, ainda não foi reformada. Assim como a escola de Parati, cujo teto caiu e ficou um ano e seis meses esperando por uma reforma. Logo após, fez uso da palavra o próximo orador inscrito, vereador Robson Mattos dos Santos, que cumprimentou os colegas e o publico presente se referindo a professora Flávia como uma profissional de coragem, que luta pela classe, por isso a parabenizou. Disse que a Casa tem acompanhado a luta dessa classe tão importante, que é a do magistério. Lembrou que ontem aconteceu uma assembleia onde foram discutidos assuntos de extrema importância, como o piso salarial dos professores, o concurso público, plano de carreira, estatuto do magistério e o oficio recebido pela categoria, que não atendeu aos anseios da classe. Disse que em complemento à assembleia que aconteceu ontem, dia 09, haverá uma outra no dia 26, às 18 horas, no Plenário da Câmara, mas que acredita que até o dia 26 o prefeito venha dar a resposta que os professores tanto precisam, fornecendo as datas que querem para o recebimento do piso nacional e para o pagamento de uma parte da progressão por mérito, pois não dá mais para continuar esperando. Ressaltou que a categoria às vezes fica triste, ansiosa e com receio de que o prefeito mande um Projeto de Lei e esta Casa vote a qualquer custo, só que não será assim. Deixou os professores cientes de que, como relator da Comissão de Educação, nenhum parecer será dado que não atenda os anseios da categoria. Disse que ninguém dará um parecer que venha prejudicar a categoria, que merece todo respeito, e que todos os vereadores assumiram o compromisso e fizeram um juramento, que vai até 31 de dezembro de 2024, portanto, independente do resultado político, a Casa tem que ter a responsabilidade e o compromisso, não só com os professores, mas com toda Anchieta. Disse que acredita que até o dia 26 o Prefeito chamará o presidente do sindicato para conversar e chegar ao denominador que a categoria tanto precisa. Pediu que os professores insistissem numa conversa apolítica, apenas com a politica educacional envolvida e se colocou à disposição para fazer o intercambio. Também falou de sua indicação, relacionada ao sistema Census, dizendo que teria recebido denuncias de que ele estaria ferindo a Lei de Proteção de Dados. Ressaltou que a proteção dos dados tem que ser preservada, portanto, esperava que a situação fosse revista. Também comentou a respeito do Projeto de Lei recebido pela Casa, sobre a organização do transporte público coletivo do município, dizendo que se trata de uma pauta comentada e cobrada por vários colegas, haja vista que as pessoas não conseguem sair do interior sequer para fazer uma consulta no CEU. Disse que espera que o Presidente possa logo dar



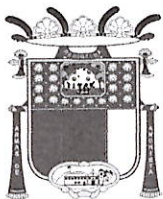


# Câmara Municipal de Anchieta

## ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

o juízo de admissibilidade ao projeto, para que ele seja discutido e votado o quanto antes e a prefeitura faça a licitação para a concessão municipal. Logo após, fez uso da palavra o próximo orador inscrito, vereador Edson Vando Souza, que após cumprimentar os colegas, os internautas e o público presente, disse que nesse mês estaria completando um ano de uma decisão muito importante que teria tomado na vida e, depois de algumas décadas ajudando a formar um grupo político, há um ano teve a percepção de que ele havia sido dominado por algumas pessoas, claramente, de má índole e, por isso, em setembro do ano passado tomou a decisão de tomar um posicionamento, com a consciência muito tranquila. Disse que agora é vereador de oposição, mas que não é radical, pois tem suas responsabilidades e, já antecipando seu posicionamento em relação à suplementação, disse que não achava necessária a dispensa de interstício, mas que não era contrário e nem engessaria, de forma nenhuma, os atos da administração pública. Ressaltou que gostaria muito que, toda vez que o prefeito precisar da Câmara para dar esse cheque em branco, que fossem aplicados os recursos para atender de bom grado à comunidade, pois não é isso que tem percebido. Disse que o que tem percebido é o uso equivocado e despreparado dos recursos públicos em Anchieta, mas que vota porque não está aqui para amarrar a administração, de forma alguma, apenas pede mais responsabilidade. Disse que temos cinco eixos da economia em Anchieta: turismo, pesca, agricultura, comércio e indústria e perguntou qual o tipo de política pública, num município que arrecada quatrocentos milhões por ano, para dividir por menos de trinta mil habitantes, tem sido feita? Qual o tipo de política pública faz a gente sentir orgulho na área do turismo, que é um forte eixo econômico em Anchieta? Disse que participou de um encontro com a associação Iriri Vivo, em Iriri, e que as reclamações são diversas, desde à sujeira nas ruas, às obras mal feitas, inauguradas com tábuas quebradas e pisos rachados, à falta de ouvir a comunidade na execução daquelas obras. Lembrou que setenta e cinco por cento das obras realizadas no município de Anchieta, nesse período, são feitas pelo Governador do Estado, e que acha que ele deve estar tendo um gasto de energia enorme, tendo que ser Governador de 78 municípios e ainda prefeito de Anchieta, com esse tanto de investimento por aqui. Deixou claro que o investimento é muito bem vindo, que espera que ele continue investindo aqui nos próximos anos, mas que não deixa de ser um enorme gasto de energia. Disse que isso é muito bom, sinal de que o Governo tem reservas, tem recursos e tem um olhar sensível para a nossa região. Em relação à pesca, disse que não se vê os pescadores felizes, porque não há uma política pública para alavancar esse importante nicho da nossa economia, que é a pesca. Na agricultura, disse que basta olhar para a cara do agricultor familiar de Anchieta, não há máquinas à disposição, a não ser agora, que estão tentando aquecer algumas áreas, devido a questão eleitoral. Ressaltou que agora é tarde, porque as pessoas sofreram durante oito anos. Em relação à área da indústria, disse que é importante diversificar e atrair outras indústrias para o município de Anchieta, indústrias limpas, de preferência, para dar oportunidade dos jovens se encaixarem nas vagas de emprego, porém, esta é uma política que não foi vista, durante esses anos, pela gestão que aí está. Disse que se não olham para a saúde com responsabilidade (não precisa nem de olhar com carinho, basta olhar com responsabilidade), se não tem exames, se não tem médicos especialistas e falar, como o prefeito falou, que não precisa de maternidade em Anchieta, então, que as



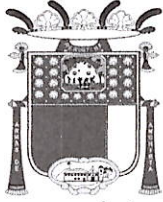


# Câmara Municipal de Anchieta

## ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

peças avaliem, se acham justo as famílias continuarem levando sua gestante para fora do município, quando nós temos condições técnicas e econômicas de manter a maternidade aqui. Disse que recentemente teria participado de uma reunião com o MEPES e lembrou que a atual gestão fala muito da administração passada, mas o valor do repasse para o Hospital de Anchieta é o mesmo que se repassava em 2015 e 2016, segundo o presidente daquela instituição. Ressaltou que tudo é uma questão de investimento, mas no pensamento de alguns, é gasto e não investimento. Disse que quando se fala em educação no município de Anchieta o fazem de uma maneira muito bonita, que inclusive é muito alto o recurso que se gasta em publicidade em Anchieta, mas não há retorno disso. Disse ter ficado estupefacto quando foi falado pelo Sr. Helio que a rádio falhou, por isso não deu o direito de resposta, porque como a rádio iria falir com o investimento que a prefeitura faz todo mês nela? Que isso é uma coisa impossível de acreditar. Também comentou que em Iriri pode sentir o clamor local por investimento na política de turismo, que é uma indústria limpa e que dá resultados imediatos, visto que não há investimento num dos festivais mais importantes do Estado do Espírito Santo, que é o Festival de Frutos do Mar e, com isso, a comunidade está entristecida. Disse que esse ano o investimento da prefeitura no evento foi de apenas cem mil reais, o que considera muito pouco para um evento de baixa temporada que faz a economia girar. Ressaltou que a mentalidade desse grupo que administra a prefeitura é retrógrada, de atraso, para eles é um peso investir, exceto em algumas coisas que dão retorno imediato para eles próprios, o que é triste ter que falar. Finalizou dizendo que é triste constatar que o governo municipal, esse projeto que está aí, é contra a educação (porque se fosse favorável estaria sentando com a classe e resolvendo os problemas dela), é contra a saúde (porque se não fosse contra daria tempo, nesses anos todos, de organizar as questões de consultas, exames e a maternidade, da qual o prefeito já falou publicamente no podcast que é contra, assim como é contra a rodoviária também). Disse que não é possível fazer turismo em uma cidade que não tem um terminal rodoviário, que não tem um espaço para receber os ônibus de turismo e de linha, para que as pessoas possam se locomover, visto que nem todo mundo tem carro. Disse que é uma obrigação do município oferecer transporte coletivo e uma segurança adequada, enfim, que são muitas as reclamações, mas que tem discutido com a comunidade e visto que, para cada problema que aparece, no mínimo eles apresentam dez soluções. Parabenizou os professores pela vinda e disse que eles representam um grande grupo, que infelizmente algumas pessoas se sentem desencorajadas, pelo fato de estarem vivendo em Anchieta um momento peculiar, da política tradicional, que é o da repressão, da ameaça e daquele jogo cruel que sempre detestamos, o da imposição. Mas que também sabe que as pessoas tem consciência e saberão dar o troco, a todo processo que estão sofrendo neste momento, na hora certa. Na sequência, fez uso da palavra o próximo orador inscrito, vereador Renato Lorencini, que após cumprimentar os colegas e o público presente, disse que a Casa sempre estará à disposição para dialogar e que nada acontecerá sem que antes haja antes um diálogo com os interessados. Parabenizou o SINDIUPES pela luta, dizendo que também já foi sindicalista, e que é preciso discutir os problemas e as soluções para cada categoria. Disse que pontuaria o projeto que chegou na Casa, na última sexta-feira, que dispõe sobre a organização do sistema de transporte público de passageiros no município de Anchieta, que é



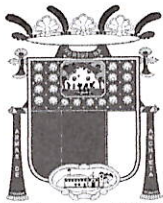


# Câmara Municipal de Anchieta

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

um projeto que todos esperavam com muita ansiedade, pois é uma pauta que vem sendo discutida desde a legislatura passada e teria sido, inclusive, uma de suas primeiras indicações. Disse que o município contratou uma empresa para fazer o projeto e o plano de transporte público do município de Anchieta, assim como o plano de mobilidade e hoje está na Casa, para que a Câmara faça a discussão, vote e de uma vez por todas, dê a solução definitiva para o transporte público coletivo no município. Disse que entende que se trata de um projeto importantíssimo, pois todos conhecem a dificuldade que os moradores de Olivânia, Joeba, Mãembá e outras comunidades do interior têm de chegar na cidade. Ressaltou que temos um serviço de transporte público coletivo precário, que foi dado através de um decreto, mas entende que o município precisa resolver, de uma vez por todas, a problemática do transporte público. Pediu que na próxima sessão o projeto fosse lido e encaminhado às Comissões e que a Casa pudesse acelerar sua análise e votação, devido sua importância para os munícipes. Ressaltou que esse é um projeto que foi sonhado e aguardado há muito tempo e agora chegou o momento, pois o município estará autorizado, desde que aprovado pela Câmara, a fazer a licitação da concessão e a gente ter aqui um transporte público de qualidade, eficiente e inclusivo, então, quanto mais rápido o projeto for aprovado melhor. Parabenizou a comunidade de Limeira, pela festa da comunidade, que aconteceu no ultimo final de semana e convidou todos a participarem da festa de Moda de Viola na comunidade de Alto Joeba, que acontecerá no próximo final de semana. Após estas palavras, não havendo mais oradores inscritos, o Sr. Presidente comentou que o projeto referente ao transporte público municipal chegou na Casa na ultima quinta-feira, se trata realmente de um projeto importante, cujo prazo de execução era março de 2024 e depois, segundo informações da própria secretaria, seria *startado* no mês de novembro de 2024, portanto, um período muito diferente do acordado em audiência. Disse que todo Projeto de Lei que chega na Casa, antes de receber o juízo de admissibilidade o setor jurídico é acionado, para que verifiquem sua constitucionalidade, ou seja, somente são colocados em pauta os projetos dos quais temos certeza de sua constitucionalidade para ser apreciado pelo Plenário. Ressaltou que o setor jurídico da prefeitura também podia ter dado celeridade ao processo, independente da formulação do plano de mobilidade urbana, mas que o processo seria pautado de acordo com as orientações do setor jurídico da Casa, mas que não tinha dúvidas de quele será aprovado, pois se trata de um projeto muito importante. Finalizou convidando todos a participarem da festa de Itajobaia que também acontecerá no próximo final de semana. Dando continuidade, o Sr. Presidente passou para Ordem do Dia e solicitou que se fizesse a chamada dos senhores vereadores, para efeito de quórum. Hevendo número legal, solicitou que fosse feita a leitura dos projetos constantes da pauta, a saber: **Projeto em 2ª discussão** – **Projeto de Lei nº 38/2024** – Estabelece Área de Preservação Ambiental para a Desova da Tartaruga Marinha na Praia de Santa Helena, balneário de Iriri, Anchieta – ES, de autoria da vereadora Marcia Cypriano. **Projeto em votação**: **Projeto de Lei nº 49/2024** – Altera o artigo 7º da Lei nº 1644/2023, de autoria do Poder Executivo. O Sr. presidente submeteu o projeto à discussão do Plenário franqueando a palavra aos senhores vereadores. Não havendo manifestação por parte do Plenário, solicitou o parecer verbal das Comissões de Legislação, Justiça e Redação Final e de Finanças e Orçamento para o projeto de





# Câmara Municipal de Anchieta

## ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

---

Lei nº 49/2024. Ambas emitiram parecer favorável. Na sequência o Projeto foi submetido à votação e foi aprovado por unanimidade do Plenário. E, não havendo mais nada a se tratar, declarou encerrada a presente sessão convidando todos para próxima. E, para constar, eu Fabíola S. Costa, Servidora Efetiva deste Poder Legislativo, lavrei a presente ata, que vai assinada pelo Sr. Presidente e pelos demais membros da Mesa Diretora desta Augusta Casa de Leis.

RENAN DE OLIVEIRA DELFINO

Presidente

PABLO FLORENTINO PEREIRA

Vice-presidente

ÂNGELA MARCIA CYPRIANO ASSAD

Secretária